

A DÍVIDA E AS REGRAS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Isto É Senhor, 03/01/90

A primeira entrevista coletiva à imprensa de Fernando Collor de Mello trouxe algumas novidades em relação à sua campanha. Saliento apenas duas: uma positiva, outra negativa. A positiva: o presidente-eleito reconheceu que um plano de estabilização que vise controlar a inflação será necessariamente recessivo. É um sinal de realismo. A negativa: Collor afirmou, em relação à dívida externa, que acredita "ser possível uma ampla negociação dessa dívida, sem nenhuma medida unilateral, obedecendo às regras do jogo, mas negociando de uma forma vigorosa e defendendo intransigentemente os interesses nacionais" (os grifos são meus). Neste caso, não há qualquer sinal de realismo. Caso realmente seja adotada essa política em relação à dívida externa, dificilmente o novo governo terá condições de enfrentar a crise fiscal, controlar a inflação e retomar o desenvolvimento do país.

Hoje a dívida externa já não é mais o principal problema econômico do Brasil. Em 1987 ficou claro para mim que a crise fiscal - e não a crise cambial - se transformara no grande problema. Mas a dívida externa, além de ter sido a causa original da crise fiscal, é uma parte essencial dessa mesma crise. E o fato de a crise cambial ter sido superada pela crise fiscal não significa que o país possa tranquilamente pagar sua dívida (segundo essa visão, quem não poderia pagar seria o Estado). Esta é uma tese tola, que a realidade dos fatos se encarrega todos os anos de desmentir. Em 1989, apesar de um superávit comercial de 16 bilhões de dólares, o Banco Central previa perdas de reservas de 4,8 bilhões de dólares (Brasil: Programa Econômico, setembro 1989). Foi por isto que não restou outra alternativa ao governo senão decidir por nova moratória dos juros. São os 4 bilhões de dólares que estamos deixando de pagar neste ano que estão permitindo a manutenção das reservas internacionais do Brasil.

Na verdade, é impossível lograr a solução da crise econômica brasileira sem enfrentar com coragem e determinação o problema da dívida. E isto significa tomar medidas unilaterais, recusando-se a obedecer as regras do jogo. As regras do jogo são definidas pelos nossos credores e excluem a suspensão unilateral do pagamento dos juros. O que os credores desejam é negociar enquanto pagamos. Dessa forma

perdemos reservas e ficamos cambialmente estrangulados, sem qualquer poder real de negociação. O Brasil tem todas as condições de inverter esse jogo. Na verdade os credores estão à espera disto. Nossas elites e nossos governantes, entretanto, não apenas no Brasil mas em toda a América Latina, se atemorizam. Querem obter a "boa vontade" dos credores. Quem gozar do seu "respeito". E acabam desmoralizados, porque a busca da boa vontade e do respeito os torna incapazes de enfrentar os problemas reais da economia. É o que está acontecendo agora na Argentina. É muito provável que o mesmo ocorra com o México. Resta esperar que o presidente-eleito reveja sua posição e não seja esse também seja o destino do Brasil.

Agora, uma preocupação urgente. A hiperinflação está explodindo. Fala-se em 80 por cento em janeiro. Enquanto isso os jornais anunciam que Collor pretende deixar para março o anúncio do seu ministério. Que usaria a técnica do "balão de ensaio" antes de designá-lo. Em relação ao Ministro da Fazenda isto deve ser evitado. É preciso escolher o ministro com urgência. De forma que ele possa constituir sua equipe e se preparar para enfrentar a hiperinflação no primeiro dia de governo. Temos economistas e empresários capazes de assumir o cargo. O novo Ministro da Fazenda precisa ser prestigiado por uma escolha sem hesitações. E depois precisa ser apoiado na sua luta impopular e difícil pelo ajuste fiscal. Nem Sarney, nem Collor querem a antecipação da posse. Mas talvez não haja outra alternativa diante do agravamento da crise. De qualquer forma é preciso estar preparado com um Ministro da Fazenda já escolhido.